



Universidade de São Paulo
Brasil

Fórum de discussão Estrutura de Poder e Governança na USP Sexta-feira, 9 de maio de 2014, Anfiteatro da Escola Politécnica



ESCOLA POLITÉCNICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FORMANDO ENGENHEIROS E LÍDERES

ATA DA REUNIÃO

Na sexta-feira 9 de maio, às 9:30h, reuniu-se no anfiteatro da Escola Politécnica da USP o Fórum de discussão sobre Estrutura de Poder e Governança na USP, organizado pela Escola Politécnica. A coordenação dos trabalhos foi feita pelo Prof. José Reinaldo Silva e teve na mesa de discussão o Diretor da Escola Politécnica, Prof. José Roberto Castilho Piqueira e a Profa. Ana Lanna (FAU), membro da CAECO (Comissão Assessora Especial do CO), designada para sistematizar este processo.

A organização do fórum tomou como base o documento de 25/03/2014, da CAECO, disponível em <http://www.usp.br/secretaria/?p=3454> que elenca os temas de discussão e propõe uma pauta para fazer convergir as propostas da comunidade para reuniões sucessivas do CO. Assim, a pauta do fórum da Poli seguiu o calendário de reuniões extraordinárias do CO contido neste documento cujo trecho é reproduzido a seguir:

IV – Calendário das reuniões extraordinárias do Conselho Universitário

4.1. Reuniões de discussão

03/06. Discussão dos temas: 1) Missão, responsabilidade social e princípios da Universidade; 9) Ensino, Pesquisa e Cultura e Extensão Universitária; 2) Gestão, transparência e responsabilidade fiscal.

02/09. Discussão dos temas: 8) Ética na Universidade; 3) Eleição de Dirigentes; 4) Natureza, atribuições e composição das colegiados.

30/09. Discussão dos temas: 5) Carreiras e Regimes de Trabalho; 6) Autonomia e organização das unidades ou órgãos; 7) Formas de deliberação das alterações estatutárias.

Assim a pauta do fórum foi definida como sendo a seguinte:

- 1) Missão da universidade;
- 2) Ensino, Pesquisa, cultura e extensão universitária
- 3) Gestão, transparência e responsabilidade fiscal.

Que é exatamente o tema da primeira reunião extraordinária do CO, marcada para o dia 3 de junho próximo.

Na abertura dos trabalhos o Prof. Piqueira, diretor da EPUSP, deu as boas-vindas aos presentes e destacou a baixa adesão aos trabalhos mas também a importância de ter uma discussão aberta e democrática sobre tópicos relacionados à mudanças na estrutura da USP (a reunião começou com a presença de 16 pessoas e chegou a ter 37 participantes entre estudantes, funcionários, professores de várias categorias, chefes de departamento, e o diretor do IME-USP).

Seguindo um modelo de painel, a palavra foi passada para a Profa. Ana Lanna que resumiu o processo de discussão iniciado no CO e as propostas já recebidas pela CAECO vindas de outras instituições. Após este primeiro resumo (texto em anexo) foi aberta a palavra ao plenário.

Em manifestações distintas, professores e funcionários questionaram a relação e eventual necessidade de focar a discussão na atual crise financeira da USP. O Prof. Clodoaldo Ragazzo, diretor do IME-USP rebateu que de fato a crise não deveria gerar tanto furor dado que teria pelo menos o conhecimento do CO e dos órgãos que acompanham a gestão, como a COP. Assim, os mecanismos atuais já responderiam pela responsabilidade fiscal sem muitas mudanças, e o que levou ao estado atual do problema fiscal na USP foi o posicionamento da própria COP, o que demandaria uma atitude localizada e não uma mudança na gestão.

Os alunos João Guilherme e Vitor Galo, ambos da EPUSP se posicionaram sobre a necessidade de ter uma definição mais clara do que é extensão e também questionaram a crise e sua relação com a discussão em apreço. Um representante do Escritório Piloto da Engenharia Naval trouxe um documento (em anexo) contendo propostas direcionadas à definição do conceito de extensão universitária e seu papel na permanência dos alunos e nas iniciativas extracurriculares. Resumiu pela necessidade de se considerar créditos a quem participa destas atividades.

O Prof. Lucas Moscato, ex-proreitor adjunto de Cultura e Extensão, corroborou o dito pelos alunos sobre a necessidade de se rever o entendimento do conceito de extensão e eventualmente ampliá-lo, e, sobre a crise financeira, destacou que a presente discussão seria a oportunidade para rever o papel assessor das comissões que integram a gestão. Propôs a criação de uma controladoria para acompanhar a gestão e tornar o

processo mais transparente. Esta proposta foi também endossada pelo Prof. Jaime Sichman, ex-coordenador do antigo CCE (hoje DTI) e professor da EPUSP. Acrescentou ainda o Prof. Sichman, a respeito à cultura errônea da extensão, que esta mutila currículos e cerceia a criação de cursos multidisciplinares. Quanto à missão da universidade levanta a dúvida se a USP deve se definir como um centro de referência, baseado na pesquisa ou uma instituição dedicada à formação de massa.

Voltando a pontuar o debate o Prof. Piqueira alertou para a diferença entre a definição por um centro de pesquisa ou um centro de formação de massa, especialmente nas diferenças ligadas à gestão de um e de outro. A Profa Lanna mais uma vez enfatizou a importância de se discutir amplamente todas as possibilidades de mudança na USP e levantou a alternativa, quanto à missão da universidade, de que esta seja algo híbrido tendo um pouco de centro de referência e também de formação de massa.

O debate prosseguiu com o posicionamento da Profa. Maria Eugênia, professora titular da EPUSP, chamando a atenção para o fato de vários chefes de departamento colaborarem na incorporação de novos funcionários e professores sem uma avaliação do impacto destas contratações. Isso mostraria o alheamento frente a decisões importantes gerado pelo modo atual de gestão. Sobre a missão da USP destacou que não existe clareza sobre os serviços que a USP presta à sociedade, mesmo para os integrantes da comunidade uspiana. Esta seria uma faceta da falta de comunicação e transparência nas atividades realizadas.

O aluno da EPUSP, Henri, se apresentou como ex-presidente da iPoli (instituição que congrega os estudantes que fizeram estágio no exterior pelos programas de internacionalização vigentes). A iPoli também está fazendo o seu regimento interno e o aluno cita esta experiência para enfatizar a importância deste processo. Declara que pela sua experiência no processo da iPoli, a grande dificuldade seria garantir que as coisas que se colocam no regimento sejam de fato praticadas. Assim, o estatuto da USP teria que mudar especialmente para garantir mais participação da comunidade e para ter processos que na prática fossem mais transparentes, tendo um grupo decisório mais amplo e menos isolado, permitindo que se descobrissem falhas na gestão e/ou no processo decisório antes que estas se convertessem em desastre. O controle fiscal seria portanto uma das partes mais importantes a ser revista.

O Prof. Lucas Moscato volta a enfatizar o mesmo ponto: sobre necessidade de se ter mais transparência na gestão para fazer frente ao processo caracterizado por ele como "natural", por parte da comunidade, e de eleger um grupo dirigente e praticamente delegar inteiramente a este grupo a responsabilidade pela gestão. Isso também explicaria o alheamento e a pouca participação na discussão sobre governança. Aponta para a necessidade de introduzir mudanças que não criem futuros entraves burocráticos, e, particularmente sobre o problema fiscal, volta a colocar que se deve

substituir a prática de trabalhar com comissões assessoras como a COP por uma controladoria.

Tomou a palavra a funcionaria Isabel Leão, que também é pesquisadora da ECA e funcionária do Jornal da USP. Segundo ela a comunicação não é bem feita na US, o que causa um distanciamento entre a comunidade e a gestão. Portanto deveríamos repensar a comunicação, mas a Universidade nunca discute a comunicação só a aplica e seria bom que isso fosse incluído no estatuto da universidade.

Novamente a mesa, na pessoa do Prof. Piqueira e da Profa. Ana Lanna, aponta para um discernimento e parcimônia a ser observado na discussão, já que nem todos os aspectos podem de fato ir para o estatuto, mesmo talvez servir de base conceitual para orientá-lo. Portanto uma coisa é a base conceitual, mas esta deve ser transformada em propostas mais diretas, estas sim, possíveis de serem inseridas no estatuto. A Profa. Ana Lanna enfatiza este mesmo ponto e ressalta que a discussão tem o objetivo de repensar a USP e não de “resolver problemas” ou erros administrativos do passado. Assim, um novo estatuto deveria por exemplo tratar o problema de ter uma hierarquização exagerada, onde a política geral é definida por um grupo restrito e seguida pela administração de unidades e institutos sem uma sintonia mais forte entre um e outro.

Após uma hora e meia de debates o Prof. Piqueira anuncia o final da reunião pedindo que mais uma rodada de inscrições se faça.

Novamente o aluno Henri se posiciona sobre a missão e responsabilidade social da universidade que se define como um local onde se permitiria um debate político e cultural aberto e democrático. Se posiciona ainda sobre o problema da extensão onde, segundo ele, novos grupos e iniciativas já consolidadas que congregam atividades extracurriculares, como o Minibaja, o ThundeRatz, etc. (exemplos da Poli) não têm muito contato e nem a difusão apropriada na sociedade. Cita novamente como exemplo a Escola Politécnica, que tem um escritório de relacionamento com a sociedade, como algo que poderia ser também seguido por outros institutos. Finaliza dizendo que falta mesmo transparência na gestão e que o reitor deveria ser a pessoa com mais responsabilidade e menos poder de decisão (isoladamente). Assim, as decisões deveriam refletir menos a vontade dos reitores e mais a sua responsabilidade e sintonia com a comunidade, o que o levaria a ouvir os anseios desta.

O Prof. Alex Abiko, da EPUSP, Depto. de Construção Civil, afirmou que é preciso ter um certo cuidado para não achar que o estatuto vai resolver todos os nossos problemas. O estatuto é um documento de referência para todos nós, mas é preciso projetar as coisas pra o futuro, portanto temos que pensar em um estatuto com uma vida útil de 20 anos pelo menos.

Dentro dessa visão acha que é preciso pensar em ter um grau de administração e de gestão compatível com o tamanho da universidade, que incorpore no dia a dia e na prática um compromisso com a eficiência e com a produtividade.

Outros posicionamentos finais simplesmente rephrasearam propostas já colocadas ou as enfatizaram, fechando assim o ciclo de discussão. Ao final, a palavra voltou à mesa com um pronunciamento final da Profa. Ana Lanna (refletido no documento em anexo enviado por esta) e no pronunciamento do Prof. Piqueira conclamando todos a propagarem a discussão para colegas e para pessoas do convívio dos presentes na comunidade da USP, ressaltando mais uma vez a importância do processo.

Fechando os pronunciamentos da mesa, o Prof. José Reinaldo Silva chamou a atenção para o fato de que a USP completa 80 anos em 2014, e que o estatuto, embora tenha sido modificado ao longo destes anos, não reflete, há anos, a diferença entre a USP de 1934 e a de hoje, não apenas no tamanho mas na sua missão, retorno social, posicionamento acadêmico e cultural, e importância na América do Sul. Portanto é preciso repensar a USP e o novo estatuto deve refletir esta nova consciência do seu papel. Todos os excessos, sejam estes acadêmicos, como a "cultura" de transformar tudo em créditos de curso – o que faz tempo não é mais a prática em outros países e mesmo em instituições federais – assim, como os excessos de hierarquização devem ser revistos, potencializando a existência de uma instituição mais harmônica, integrada e participativa. Citou ainda, como síntese dos posicionamentos a falta de estrutura de apoio para atividades de desenvolvimento tecnológico como contraponto à pesquisa inovadora, e a falta de equidade onde o desenvolvimento não é regulamentado (ou os parques regulamentados não são praticados) e a pesquisa é regulamentada em excesso com vários órgãos de decisão e teoricamente de apoio (as comissões e pro-reitoria de Pesquisa). O equilíbrio entre atividades deste porte, praticadas no Hospital das Clínicas, no HU, nos consultórios de atendimento odontológico, na consulta sobre direito civil, ou no desenvolvimento tecnológico (praticados no IPEN, IEE e nos laboratórios da Escola Politécnica, na Química, etc.) e o seu papel de retorno social nunca ficou inteiramente claro para a comunidade e até para os que o praticam. Finalizou enfatizando a importância do atual debate e convidando a todos a comparecer no próximo fórum, já marcado para o dia 22 de maio, uma quinta-feira, no mesmo local, e no mesmo horário.

Concluindo, o debate foi mais qualitativo e exceto pela sugestão de substituição dos órgãos assessores por organismos funcionais mais especializados (e profissionalizados) como a inclusão de uma controladoria ou conselho fiscal para acompanhamento da gestão financeira, as questões foram mais conceituais.

Sobre a missão da universidade o debate convergiu para uma missão integradora e híbrida entre um centro de formação genérico e de massa (a realidade hoje) e também um centro de excelência (também realidade, embora haja espaço para melhoria), com a

ressalva de que a USP deveria ser uma referência e palco de discussão sobre o pensamento acadêmico e cultural com ênfase no pensamento multidisciplinar e interdisciplinar.

A transparência dos processos foi um ponto unânime e o sentimento geral é que a USP não profissionaliza a gestão o suficiente para propiciar uma maior transparência, seja pela informatização e automação dos processos, ou pela racionalização destes. Embora não seja uma proposta direta de estruturação (aliás, um ponto do próximo ciclo de debates), aponta para uma base conceitual para amparar esta estrutura. A perspectiva é que se avance no próximo fórum para fechar propostas mais concretas.

Com base nos posicionamentos mais destacados e nos documentos anexos submetidos à coordenação do fórum, eu, Prof. José Reinaldo Silva, lavrei esta ata.

Prof. Dr. José Reinaldo Silva
Escola Politécnica da USP
10/05/2014